



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 51/XI/2.^a SL

Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro de dois mil e onze, pelas dez horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional (CDN), na sala oito do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da respectiva folha de presenças, em anexo, com a seguinte ordem do dia:

Discussão sobre a posição a tomar relativamente ao escrutínio parlamentar da Política Comum de Segurança e Defesa.

Após declarar aberta a reunião, o Senhor Presidente, Deputado José Luís Arnaut, fez um enquadramento da questão constante da ordem do dia. Assim, começou por lembrar que foi distribuído um dossier contendo diversa documentação sobre o assunto, designadamente relativa a posições já tomadas por alguns Parlamentos nacionais (PN) da União Europeia, bem como a resolução mais recentemente aprovada pela Câmara dos Representantes da Bélgica, que detém neste momento a Presidência da UE.

Recordou que o fim da União da Europa Ocidental (UEO) implica o fim das actividades da respectiva Assembleia Parlamentar (APUEO), a qual constituía um importante fórum interparlamentar de discussão de questões de política de defesa e segurança europeia. Referiu colocar-se a questão de saber se a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) devem estar sujeitas a escrutínio interparlamentar e em que moldes, atendendo a que são matérias que mantêm, nos termos do Tratado de Lisboa, carácter intergovernamental e a regra da deliberação por unanimidade. Disse haver algum consenso no sentido de que é necessária a existência de um fórum interparlamentar para estas questões, restando, pois, definir em que termos. Considerou haver duas possíveis bases jurídicas para a criação deste fórum: o artigo 9.º do Protocolo relativo ao papel dos Parlamentos Nacionais na União Europeia, anexo ao Tratado de Lisboa, que prevê a possibilidade de criação de fóruns específicos para determinadas áreas, entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais, ou o artigo 10.º do mesmo Protocolo, que confere à COSAC a possibilidade de organizar conferências interparlamentares em diversas áreas, designadamente a PESC e a PCSD.

Informou também que esta questão será analisada na próxima conferência de Presidentes dos Paramentos da União Europeia, em Abril, pelo que seria de toda a utilidade que a Assembleia da República tomasse até lá uma posição.

Deu depois conta da realização, na véspera, de uma reunião dos Presidentes das Comissões de Negócios Estrangeiros, Defesa e Assuntos Europeus com o Senhor Presidente da Assembleia da República, em que participaram ainda os Deputados Mota Amaral e Vera Jardim, na sua qualidade de membros da delegação da AR à APUEO. Esclareceu que não houve consenso nessa reunião porque o Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros não concorda que o Parlamento Europeu tenha estatuto de membro, posição que considerou não ser de acolher por estar desligada da realidade, uma vez que o Parlamento Europeu já é membro de pleno direito da COSAC. Ficou decidido naquela reunião que a CAE proporá um anteprojecto do texto a adoptar para discussão nas três comissões e depois aprovação pelo Plenário, sob a forma de resolução.

Em resumo, lembrou que algumas das questões sobre as quais é necessário tomar posição se prendem com o tipo da estrutura (em que há consenso que seja do tipo da COSAC), a periodicidade das reuniões (há consenso em que sejam duas por ano), o estatuto do Parlamento Europeu (membro ou mero observador), a presidência (há consenso em que seja rotativa, no modelo do trio já existente nas restantes áreas), o local das reuniões e os custos.

De seguida usou da palavra o Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP), que começou por concordar com a necessidade de assegurar uma forma de cooperação interparlamentar para o acompanhamento da PESC e da PCSD. No entanto, considerou que, estando em causa matérias que mantêm o seu carácter intergovernamental, o Parlamento Europeu não deve ser membro da conferência interparlamentar - o escrutínio das decisões tomadas a este nível cabe aos Paramentos nacionais e é o papel destes que deve ser valorizado. Disse concordar com uma estrutura do tipo da COSAC e que as questões financeiras devem ser equacionadas, devendo também ser garantida uma participação equilibrada das Comissões envolvidas.

O Senhor Deputado José Lello (PS) começou por sublinhar que a matéria da defesa não saiu do âmbito intergovernamental e que a criação de uma nova estrutura acabará por significar uma reedição da APUEO, que considerou desnecessária. Assim, disse rever-se na posição da Estónia, que defende não ser necessário criar uma estrutura nova, e também na do Senado francês.

O Senhor Deputado Pacheco Pereira (PSD) começou por lembrar que a Europa não é um país e que o Parlamento Europeu tem vindo a seguir uma orientação de afirmação política à custa dos Parlamentos nacionais. Assim, disse discordar da institucionalização de uma estrutura que coloque o Parlamento Europeu no mesmo plano que os Parlamentos nacionais, porque isso implica, na realidade, uma diminuição dos poderes destes, o que não faz sentido estando em causa matérias de carácter intergovernamental.

O Senhor Deputado Miranda Calha (PS) lembrou a sua experiência anterior, enquanto Presidente da Comissão de Defesa, em que tentou que houvesse periodicidade nas reuniões de Presidentes de Comissões de Defesa da UE, mas recordou que muitas presidências não deram importância a isso, levando a longos períodos sem reuniões. Também o Alto Representante se desinteressou sempre destas reuniões em que, apesar de convidado, não participava. Lembrou ainda que também o Parlamento Europeu promoveu algumas reuniões sobre a matéria, muitas vezes com a presença do Alto Representante, mas essas reuniões eram desinteressantes, do ponto de vista da defesa, dado focarem-se essencialmente em questões de política externa. Também a APUEO, muito embora se tenha auto-erigido como fórum europeu de discussão destas matérias, tinha perdido já a sua relevância e razão de ser.

Assim, considerou que a existência de uma forma de cooperação regular entre as comissões competentes dos vários Parlamentos em matéria de defesa é essencial para um efectivo acompanhamento da política comum de segurança e defesa. Referindo-se à proposta belga, disse estar em absoluto desacordo com a posição de preponderância atribuída ao Parlamento Europeu. Defendeu a necessidade de simplificar a estrutura a instituir e que o essencial é assegurar periodicidade e regularidade nos encontros, seguindo o modelo das conferências de presidentes mas com delegações um pouco mais alargadas, e sempre com a presença do Alto Representante.

O Senhor Presidente agradeceu as intervenções dos Senhores Deputados e lembrou que, não obstante as questões de defesa se mantenham intergovernamentais, o Parlamento Europeu já tem uma intervenção significativa nesta matéria, designadamente por força da obrigação, consagrada no Tratado de Lisboa, de o Alto Representante comparecer perante o Parlamento Europeu duas vezes por ano. Assim, considerou indispensável que o Parlamento Europeu seja incluído, mas com estatuto igual aos Parlamentos nacionais e não com uma representação proporcional.

Concluiu lembrando que a Comissão de Assuntos Europeus ficou encarregue de preparar um texto para discussão nas Comissões de Negócios Estrangeiros, de Defesa e de Assuntos Europeus, pelo que o assunto voltaria a ser agendado.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às onze horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O Presidente,

(José Luís Arnaut)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Cabrita
João Rebelo
José Lello
José Luís Arnaut
José Miguel Medeiros
Luís Fazenda
Luís Vales
Mário Mourão
Marques Júnior
Miguel Coelho
Miranda Calha
Pacheco Pereira
Raúl de Almeida
Sérgio Sousa Pinto
Carlos Alberto Gonçalves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
Correia de Jesus
João Soares
Jorge Costa
Luís Campos Ferreira
Luís Montenegro

Justificaram a falta os seguintes Senhores Deputados:

Joaquim Ponte